RESENHA

De Manila a Montjuic: a intrincada rede dos nacionalismos e anarquismos no Oitocentos

JÚLIA RANY CAMPOS UZUN
professorajuliahistoria@yahoo.com.br

> “Vocês enforcaram homens em Chicago, cortaram suas cabeças na Alemanha, estrangularam-nos em Jerez, fuzilaram-nos em Barcelona, guilhotinaram-nos em Montbrisons e Paris, mas vocês nunca destruirão o anarquismo. Suas raízes são demasiado profundas; ele nasceu no coração de uma sociedade corrupta, que está caindo aos pedaços; é uma reação violenta contra a ordem estabelecida. Representa as aspirações igualitárias e libertárias que estão bombardeando a autoridade estabelecida; está por toda a parte, o que torna impossível capturá-lo. E, por fim, matará vocês.”
> (Emily Henry)

O que há de comum entre as Filipinas coloniais, a Cuba revolucionária e a Alemanha de Bismarck? Em Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial, *Benedict Anderson tem como objetivo esclarecer que os processos de transformação que envolveram o fim dos Impérios Coloniais no final do século XIX, a emergência dos nacionalismos na Ásia e na América e a propulsão do pensamento anarquista são todos interligados dentro de uma mesma “astronomia política”, usando a expressão de Melville.*

A obra se organiza em cinco capítulos, tendo como ponto de partida a cidade de Manila no final do século XIX. Através do método comparativo – utilizado por Anderson desde The Spectre of Comparisons: Nationalism, Southest Asia and the World *(1998) – o autor apresenta a trajetória de três homens de letras filipinos: o antropólogo Isabelo de los Reyes, o escritor José Rizal e o dirigente Mariano Ponce.*

O primeiro deles traz uma série de reflexões sobre a obra de Isabelo de los Reyes. Por ter sido o pioneiro a estudar as tradições e os costumes filipinos, utilizou-se dos trabalhos de folcloristas e etnólogos da Europa (especialmente da Península Ibérica) para traçar paralelos e tentar traduzir o que as Filipinas tinham de característico. Por sua vez, acabou destruindo muitos mitos implantados pela atividade colonial e pela Igreja na região ao mostrar que havia semelhantes manifestações na Europa. Como resultado, de los Reyes passou a não mais se compreender como um filipino, ainda que não visse a si como um peninsular – ele era, assim, um indivíduo sem caracterização na lógica da alteridade. Tornou-se o thôma.

Já no segundo capítulo surge a figura de José Rizal, o mais importante romancista filipino, autor de Noli me tangere *e sua continuação,* El filibusterismo. *Para elucidar a importância de sua obra, tida como o primeiro romance de intenso cunho anticolonial composto por um colono não europeu, Anderson busca montar o quebra-cabeça de suas apropriações intelectuais, sejam elas nas vanguardas francesas, holandesas ou mesmo espanholas, apontando quais elementos compuseram seu arcabouço literário.*

Rizal continua sendo o protagonista do capítulo seguinte, que passa a relacionar o conteúdo de sua obra com o momento político de sua produção. O autor analisa como as três últimas décadas do século XIX viram emergir diversas frentes do movimento anarquista em diferentes partes da Europa. Também aponta os conflitos que deram origem a um forte movimento nacionalista filipino na Espanha. Por fim, Anderson compara o teor dos dois romances de Rizal: se Noli me tangere *transformou-o em um importante símbolo do ativismo contra o colonialismo dentro das Filipinas,* El filibusterismo *pode ser encarado como um romance mundial, que trata de questões de seu período presentes na Alemanha de Bismarck, na Rússia niilista, em toda a Europa e nas Américas.*

O quarto capítulo trata das redes revolucionárias que foram organizadas nas diversas partes do mundo entre o período em que Rizal foi exilado e sua execução (1891-6). Anderson começa percorrendo as transformações sofridas na Cuba de José Martí e a formação das comunidades cubanas em Nova York e na Flórida, passando então para a análise das consequências da transferência de Taiwan para o domínio japonês e para a apresentação do plano (que não saiu do papel) de Rizal para a construção de uma colônia filipina próxima a Bornéu.

Por fim, Anderson debruça-se sobre a produção da imprensa anarquista do final do século XIX em vários pontos da Europa, mostrando como os movimentos eram plurais e matizados por seus locais de origem. O último capítulo vai discutir o assassinato de uma das figuras mais conservadoras da Espanha, o primeiro-ministro Cánovas, por um jovem anarquista – relacionando essa ação com a decadência do Império Espanhol no ano seguinte. Entra em cena nosso último filipino ilustre, Mariano Ponce, que deixou a Espanha no final de 1896 para tornar-se um dos maiores diplomatas e propagandistas do governo revolucionário. Anderson esclarece o impacto de sua ação ao analisar sua correspondência com estrangeiros de diversos países.

Com sua escrita fluida, quase jornalística, Anderson prende seu leitor para apresentar, nas figuras dos três filipinos, a tríade dos caminhos de ativismo político dentro do mundo colonial fora da via militar: a negação da Coroa e a valorização do nacional, como o fizera de los Reyes; o ativismo político através da imprensa e das mensagens pelos romances, vívido em Rizal; e a diplomacia e a propaganda política, tal qual em Ponce. De forma magistral, Anderson mostra que os três não são apenas estrelas brilhando na escuridão: suas ligações, como filipinos, e as apropriações que fizeram do mundo intelectual oitocentista abrem os olhos do leitor para quão conectado era o mundo no século XIX – e como eles faziam parte de galáxias muito, mas muito maiores.

Júlia Rany Campos Uzun *é doutoranda em História Cultural pela Unicamp e pesquisadora do Colégio Mexiquense de Toluca – México.*

SERVIÇO

Título: Sob três bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial
Autor: Benedict Anderson
Tradução: Sebastião Nascimento
Páginas: 304
Editora da Unicamp
Coedição: Eduece – Editora da Universidade Estadual do Ceará
Áreas de interesse: História e Ciências Sociais
Preço: R$ 76,00
www.editoraunicamp.com.br

O supletivo que nasceu na Unicamp

ISABEL GARDENAL
bel@unicamp.br

Estudo de mestrado apresentado à Faculdade de Educação (FE) sobre a educação supletiva em Campinas mostrou que o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos “Paulo Décourt” (CEEJA), cujo embrião foi a Unicamp, chegou à estadualização graças a uma grande demanda de alunos desde o princípio e que essa demanda ainda prossegue.

Segundo a autora, a historiadora Viviane Brizante Mei, em 1987, havia 1.194 interessados nas 300 vagas do curso de primeiro grau, oferecidas em 1988. O projeto foi uma reivindicação dos funcionários para ampliarem sua formação. “O tempo passou e a escola atende agora 1.043 alunos do ensino médio e 393 alunos dos anos finais do ensino fundamental. Mas muitos outros frequentaram a instituição e cursaram o ensino superior.”

A pesquisadora contou que inicialmente o CEEJA teve o nome de Núcleo Avançado de Centro Estadual de Educação Supletiva (Naces)/Unicamp. A escola começou no barracão do Instituto de Física (IFGW) e depois foi transferida para o Ciclo Básico. Era tocada com o apoio da professora Eliane Aparecida Torres, funcionária da rede estadual paulista de ensino e funcionária da Unicamp.

Além de o projeto ser uma reivindicação dos funcionários, expôs a mestranda, também partiu de alunos, muitos dos quais participavam de aulas com professores e estudantes da Unicamp. Foi assim que surgiu o movimento para que o projeto fosse lançado, o que veio a acontecer em 1988 mediante cooperação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac) e da Secretaria de Estado da Educação.

Para chegar à estadualização, o caminho foi mais longo e com intensa divulgação em periódicos das empresas parceiras e da Universidade, em veículos como o boletim *Unicamp Notícias*, da sua Assessoria de Imprensa.

Com a Secretaria de Estado da Educação envolvida nesse projeto, foram criados ofícios e decretos regulamentando sua criação, seu quadro de professores, normas de funcionamento e currículo. “Chamei esses documentos de políticas de estadualização”, informou a pesquisadora.

Nomeclatura

O nome Naces permaneceu até 1989 e mudou para CEES (Centro Estadual de Educação Supletiva). Em 2009, foi criado um decreto baseado na LDB (Lei das Diretrizes e Bases) que alterou a denominação de Educação Supletiva para Educação de Jovens e Adultos (EJA), passando a CEEJA “Paulo Décourt”, em homenagem ao botânico, ex-professor do Colégio Culto à Ciência. O CEEJA ficou na Unicamp até 2010, no Centro Cultural de Inclusão e Integração Social (CIS-Guanabara), no bairro Botafogo, até obter sede própria no Jardim Santana.

“A escolha do nome Paulo Décourt gerou discussão com a equipe gestora. Os professores discordavam porque na verdade a escola tinha surgido na Unicamp. Mas a essa altura, a instituição já pertencia à Secretaria do Estado da Educação, e a denominação foi ratificada por decreto”, esclareceu Viviane.

Para conhecer a história do CEEJA, a pesquisadora analisou documentos da Preac, Secretaria de Estado da Educação e informativos de época. Depois analisou políticas de criação e organização institucional da educação supletiva na Unicamp. Por último, discutiu as mudanças externas e práticas internas da escola a partir dos registros de atas. A dissertação foi orientada pelo professor André Luiz Paulilo.

Foto: Antonio Scarpinetti

A historiadora Viviane Brizante Mei: “Estudo possui um componente social”

Funcionamento

O curso supletivo na Unicamp era gratuito e por demanda. Quando regulamentado, a presença mínima era de uma vez por mês. Os alunos iam à escola, recebiam o material didático, iam para casa, estudavam sozinhos, retornavam à escola, tiravam dúvidas com os professores (funcionários com formação acadêmica) e passavam por avaliações. “A seleção dos alunos era feita por meio de alfabetização em língua portuguesa e matemática. Só após essa alfabetização, os postulantes ingressavam no curso supletivo”, comentou Viviane.

Quando o supletivo ficava no Ciclo Básico, os alunos dividiam-se por salas de atendimento de acordo com a disciplina que estavam cursando naquele módulo, para eliminação de matérias. O atendimento normalmente ocorria no contraturno do trabalho, conforme disponibilidade dos funcionários.

Frequentavam o curso supletivo maiores de 16 anos, que operava por meio de parceria com empresas como o parque industrial de Jaguariúna. Ao ampliar sua oferta, ele também passou a atender a comunidade externa. Atualmente, há somente duas escolas de CEEJAS em Campinas: a Paulo Décourt e a Jeanette Andrade G. Aguila Martins, na Vila Costa e Silva.

A educação supletiva tem papel fundamental na formação de pessoas que não puderam fazer o curso regular, opina Viviane. Elas voltam à escola mais tarde com outras perspectivas e experiências. “Este é o primeiro passo. Depois alçam voos em cursos técnicos ou na universidade”, comemorou ela, hoje incorporada ao corpo docente do CEEJA.

“Este estudo possui um componente social e registra uma parte da memória da escola supletiva em Campinas. É curioso que ela iniciou num campus universitário e pela vontade dos funcionários. Mas já existia antes mesmo de ser oficializada. É portanto um projeto muito especial da Unicamp”, concluiu ela.

Publicação

Dissertação: “Universidade e educação supletiva em Campinas”
Autora: Viviane Brizante Mei
Orientador: André Luiz Paulilo
Unidade: Faculdade de Educação (FE)